

O MODELO DE ANÁLISE PALAVRA & PARADIGMA NA *INSTITUTIO* DE PRISCIANO: UMA RESPOSTA À CRÍTICA DE TAYLOR (2007)

Luana de Conto

RESUMO

Este trabalho aborda os modelos de análise gramatical Item-Arranjo (IA), Item-Processo (IP) e Palavra e Paradigma (WP), apontados por Hockett (1954), com o objetivo de discutir o padrão de análise descritiva das gramáticas antigas. Além de conter uma apresentação informativa dos três modelos, traz para a discussão a descrição morfológica feita por Prisciano (séc. VI) na *Institutio de nomine et pronomine et verbo*, considerando-a representativa das gramáticas *regulae*. Em consonância com Matthews (1974) e Robins (1983; 1993), considera que a análise presente na *Institutio* também segue o modelo WP, conforme ele é exposto em Matthews (1974). Em decorrência desse fato, questiona a crítica feita por Taylor (2007) à obra do gramático, pois entende que não é coerente metodologicamente exigir de uma análise WP o conceito de morfema.

PALAVRAS-CHAVE

Gramática antiga; História da Linguística; Análise de textos antigos; Crítica metodológica.

ABSTRACT

This paper brings up the models of grammatical analysis Item and Arrangement (IA), Item and Process (IP) and Word and Paradigm (WP), as they were proposed by Hockett (1954), in order to discuss the pattern of ancient grammars' descriptive analysis. Besides providing information on these models, it also shows the morphological description made by Priscian in his *Institutio de nomine et pronomine et verbo*, by taking it as an example of the *regulae* grammars. In line with Matthews (1974) e Robins (1983; 1993), it claims that the analysis presented at the *Institutio* also follows the WP model, in the same as it is described by Matthews (1974). Due to this fact, this paper questions a criticism expressed by Taylor (2007) addressed to Priscian's work, believing it is not methodologically consistent to demand any morpheme concept from a WP analysis.

KEYWORDS

Ancient Grammar; History of Linguistics; Ancient texts' criticism; Methodological criticism.

INTRODUÇÃO

A reflexão acerca da linguagem perpassa toda a história do pensamento e, por isso, assumiu diferentes facetas no seu decorrer. Quando se volta o olhar para momentos não-contemporâneos, deparamo-nos com posições muito distintas e muitas vezes ingênuas com relação a assuntos que já tomamos como ponto pacífico entre os estudiosos.

Neste trabalho, trataremos dos três modelos de análise gramatical apontados por Hockett (1954) e tomaremos como objeto um texto do século VI da era cristã: a *Institutio de nomine et pronomine et verbo*, de Prisciano de Cesareia. O texto servirá de exemplo ilustrativo de um desses modelos, pois se deseja mostrar aqui as características que o diferenciam das abordagens que lidam com morfemas e processos e o colocam dentro do modelo de análise Palavra e Paradigma.

Para isso, deve ser lembrado que o texto de Prisciano se enquadra no gênero da gramática antiga, pois trata da linguagem enquanto manifestação de um uso consagrado, filiando-se à corrente gramatical grega – abordagem distinta daquela dada à linguagem pelos pensadores gregos anteriores a Dionísio Trácio, a exemplo de Platão.

O fato de se tratar de uma gramática antiga também revela que o texto se distancia de um tratamento científico, como conhecemos hoje, pois, apesar de ele conter o que podemos considerar uma vasta descrição das formas flexionais da língua latina, seu comprometimento é didático-pedagógico.

Por esses motivos é que se deve ter certa cautela com as conclusões que se traça em cima do texto, já que não podem ser decalcados dele conceitos modernos. A abordagem de Prisciano não vai além das limitações que o enfoque sobre a linguagem da tradição antiga permitia.

Assim, primeiramente trataremos dos três modelos de análise morfológica, procurando defini-los e distingui-los através de uma revisão bibliográfica de Hockett (1954) e Matthews (1974). No item seguinte, falaremos de Prisciano e da obra em questão, tratando também do enfoque linguístico dado pela gramática antiga. Por fim, analisaremos a crítica feita por Taylor (2007) ao estilo da *Institutio* de Prisciano, de modo a apontar os problemas de se buscar conceitos modernos em reflexões anteriores.

1 Os métodos de análise gramatical

A descrição de dados nunca é aleatória, pois o processo de observação já carrega algum viés teórico em si. Por isso, quando falamos de análise de dados linguísticos, consideramos que a observação é perpassada por uma metodologia de análise, que carrega os pressupostos e os primitivos que servem de instrumento para essa análise.

Hockett (1954) define os modelos de descrição gramatical como um “sistema de referência com o qual um analista aborda um estágio gramatical de uma língua e formula os resultados de suas investigações”.¹ Por esse sistema de referência ser um instrumento para a abordagem, fica pressuposto nessa afirmação que o modelo de análise antecede a observação. Naturalmente, o modelo de análise utilizado na abordagem interfere nas conclusões extraídas dos dados, já que é o ponto de vista que determina o objeto. O objeto observacional – a manifestação linguística – só se transforma em objeto teórico – os dados linguísticos analisáveis – quando passa pelo filtro da teoria, isto é, quando se olha para os fatos da língua munido dos instrumentos de análise metodológicos (BORGES NETO, 2004, p. 36).

Assim, o autor identificou, nos trabalhos de sua época, três modelos arquetípicos: Item e Arranjo (IA), Item e Processo (IP) e Palavra e Paradigma (WP). Contudo, Hockett não contempla o modelo WP em seu artigo, pois revela ter reconhecido esse modelo mais tardiamente. Por isso, falaremos aqui do tratamento dado por Matthews (1974) ao modelo WP tradicional.

1.1 Item e Arranjo (IA)

O modelo de análise gramatical IA entende que as palavras são constituídas de morfemas, os “elementos minimamente gramaticalmente relevantes”, arranjados de certa maneira (HOCKETT, 1954, p. 387). Em outras palavras, morfemas são itens que compõem um arranjo ordenado.

Em consequência de o objeto ser morfemas e construções, o padrão da língua, segundo Hockett, terá de conter uma lista das construções possíveis e especificar ainda as posições que existem nelas e os morfemas e as formas compostas que podem ocupá-las. Dessa forma, no modelo IA há ou formas simples – ditas monomorfêmicas – ou formas compostas – construções de morfemas em arranjo.

Além disso, Hockett ressalta que os morfemas podem ter alternância na forma como aparecem. As diversas representações fonêmicas que um morfema pode ter são chamadas alomorfes e o modelo também deve especificar em que ambientes essas alternâncias ocorrem, de modo que a ocorrência dos alomorfes possa ser prevista.

Há também, afirma Hockett, a possibilidade de que existam vários morfemas representados sob uma única representação fonêmica, o chamado *portmanteau*, e morfemas sem qualquer representação fonêmica, o chamado morfema zero. A ocorrência de um morfema zero como representante de determinada classe morfossintática fica condicionada à existência de um morfema realizado foneticamente em oposição à classe daquele morfema zero. Essa oposição faz do dito morfema zero uma entidade possível dentro do modelo IA pois, nesse contexto, a não-realização do morfema opositor se caracteriza como uma unidade gramaticalmente relevante – um morfema.

1.2 Item e Processo(IP)

Ao contrário do modelo anterior, o modelo IP não conta com formas compostas, mas com formas derivadas (HOCKETT, 1954, p. 396). Essa é uma consequência do fato de que o modelo toma como primitivos básicos raízes e processos. De um lado, então, a forma linguística pode ser simples – uma raiz – ou, por outro lado, pode ser uma forma derivada – quando se aplica um processo a uma forma simples, dando origem a uma forma que consiste de uma ou mais formas subjacentes.

Ao invés de morfemas, há marcadores, que são o material fonêmico resultante da aplicação de um processo. Pode-se dizer que eles são o material que distingue uma forma simples de uma forma derivada e, por isso, são a representação do processo aplicado. Assim, Hockett (1954, p. 396) afirma que todo o material fonêmico provém da raiz e dos processos que se aplica a ela.

A alternância fonêmica agora se dá entre as raízes, que podem apresentar uma raiz alternante, cuja alternância, assim como a dos alomorfes dos morfemas no modelo IA, deve ser especificada de acordo com o ambiente que a motiva.

No modelo IP, também podemos encontrar *portmanteaux* e marcadores zero de processos similarmente ao IA.

O que realmente diverge entre esses dois modelos são os primitivos básicos, já que assumir morfemas, por um lado, ou processos, por outro, leva a diferentes resultados de análise.

1.3 Palavra e Paradigma (WP)

Como bem assinala Hockett (1954, p. 386), o modelo WP é “claramente distinto” dos modelos IA e IP, porque assume como primitivo básico a palavra. Isso quer dizer que nesse modelo a palavra é a unidade central e as palavras gramaticais, isto é, as formas do paradigma que a palavra pode assumir, são os elementos mínimos no estudo da sintaxe (MATTHEWS, 1974, p. 67). Por isso, o conceito de morfema do IA não tem sequer um correlato no WP, já que nele a palavra é o último nível que veicula sentido (lexical ou gramatical). Segmentos abaixo da palavra são meramente componentes do material fonêmico, de modo que não é possível que se associe significados ou funções a eles.

Dessa forma, uma palavra pode aparecer em variadas formas. Tomando o termo lexema como a unidade lexical fundamental representante do significado essencial da palavra, podemos reafirmar a sentença anterior de outro modo: um lexema se realiza de diversas formas de acordo com o leque de propriedades morfossintáticas que ele desempenha em determinado contexto. As propriedades morfossintáticas são as propriedades que, segundo Matthews (1974, p. 136), desempenham papel na morfologia e na sintaxe, porque ficam expostas na forma da palavra as funções relevantes para a estrutura da sentença.

A interseção dessas propriedades forma matrizes, que configuram o paradigma de formas possíveis de palavras. Os paradigmas, então, são modelos de conjunto de formas a que certos grupos de palavras obedecem. Eles permitem a previsão de formas de palavras à medida que se conheça a que grupo de palavras (conjugações, declinações) certa palavra pertence.

Matthews (1974, p. 68 e ss.) observa que no modelo tradicional, aplicado nas gramáticas antigas, há duas técnicas para especificar formas de palavras: através de paradigmas exemplares e através de regras explícitas de formação.

Os paradigmas exemplares são paradigmas prototípicos de lexemas em particular que servem de exemplo para um conjunto de lexemas em particular,

agrupados por assumirem as mesmas terminações, um conjunto que me parece assemelhar-se a uma espécie de família flexional. As formas que os lexemas desse mesmo conjunto podem assumir podem ser previstas simplesmente pela analogia com as formas do paradigma do lexema modelo. Matthews (1974, p. 69) assinala a aplicabilidade de um modelo desses lembrando que a analogia é um conceito importante para a linguística em geral, já que pode estar na base dos processos de aquisição e é um fator explicativo também da mudança nas línguas.

As regras explicitamente expressas indicam operações de adição, supleção ou troca de partes da palavra. Essas operações partem de formas de palavras já prontas, e não de uma forma básica abstrata como seria uma raiz ou um radical. Além disso, deve-se ressaltar que essas partes de palavras que são alteradas não têm qualquer ligação com conceitos das propriedades morfossintáticas, porque nesse modelo o último nível relevante para a sintaxe e para o significado é a palavra. Matthews resalta que era comum entre os gramáticos antigos, como Donato e Prisciano, apresentar essas regras e também, logo em seguida, as exceções a elas. São essas duas técnicas que encontramos nas descrições de palavras das gramáticas antigas.

A apresentação que fizemos dos três modelos se pretende apenas ilustrativa, mas ela se fez necessária para evidenciar os tópicos que serão abordados em seguida. Com certeza, ela é superficial e passa longe de problematizar a valoração e o custo-benefício dos modelos expostos.

2 A *Institutio* como exemplo de Palavra & Paradigma

Robins (1983, p. 19) e Matthews (1974) já afirmam que as gramáticas antigas se enquadram no modelo descritivo WP. Porém, antes de tomar essa afirmação como verdade, olharemos para a obra *Institutio de nomine et pronomine et verbo* de Prisciano para ver em que modelo de análise ela se enquadra.

As obras de Prisciano têm caráter claramente didático, principalmente considerando os diversos exemplos de língua grega que servem de auxílio para seus alunos, falantes de língua grega. O gramático latino viveu no século VI², em um momento que em Bizâncio se fazia necessário que as camadas administrativas falassem latim. Acredita-se que essa foi a grande motivação dos seus escritos gramáticos (CONTO, 2009). Como a reflexão sobre o uso linguístico que servia de referência era a

gramática grega, em especial de Dionísio Trácio e de Apolônio Díscolo, Prisciano emulou o fazer gramatical grego, de certo modo procurando filiação e legitimidade nos antecessores helênicos.

A obra que servirá nesse estudo é a *Institutio de nomine et pronomine et verbo*, uma obra menor que teve grande disseminação como fonte de estudo do latim até a Idade Média (ROBINS, 1993, p. 109). Trata-se basicamente de uma descrição das formas flexionais da língua latina, por isso, aborda a classe dos nomes, a dos pronomes e a dos verbos, como o título já deixa evidente. Possivelmente essa obra serviu de método didático para o estudo da língua latina enquanto obra de consulta de formas. A *Institutio* pode ser considerada uma gramática do estilo *regulae*, que abarca gramáticas que surgiram a partir do século V em decorrência do novo público resultante da expansão territorial romana. O público dessas gramáticas se caracteriza por serem aprendizes que não têm a língua latina como língua materna e que, por isso, precisam de informações mais específicas a respeito das formas da língua latina – um tipo de informação que soaria óbvia a um falante nativo. O papel que as gramáticas *regulae* exercem é, desse modo, fornecer todas as formas que o aprendiz venha a encontrar e em decorrência disso é que elas têm como característica principal a descrição morfológica. (LAW, 2003, p. 83)

O público alvo das gramáticas de Prisciano certamente não era falante de nativo de latim: a língua que vinha vigorando como instrumento de cultura em Bizâncio era o grego. A tarefa que o autor executa nesse livro dá conta de explicar todas as formas flexionadas que as palavras podem assumir na língua latina, exaustivamente. Ele expõe modelos das declinações e das conjugações que por analogia podem ser estendidos às demais palavras, conforme o grupo a que elas pertencem. Como afirma Law (2003), esse tipo de conhecimento é relevante para aprendizes de língua estrangeira, enquanto que para os falantes nativos esse tipo de informação é trivial.

É possível identificar duas estratégias de descrição das formas de palavras no texto da *Institutio*: uma através de operações a partir de palavras já conhecidas e outra por analogia entre os paradigmas (CONTO, 2009, p. 58).

As operações podem adicionar, suprimir ou trocar partes de palavras já conhecidas para se chegar a uma nova forma. Citaremos aqui apenas um exemplo dessa estratégia que é muito recorrente durante toda a obra. A passagem abaixo ilustra a

formação da terceira pessoa do singular e das pessoas do plural de cada conjugação e contém várias dessas operações.

[§ 34] Em cada conjugação, o *-s* no final da segunda pessoa convertido em *-t* forma a terceira pessoa, porém com vogal breve antes do *-t*, como *amas [amat]*, *doces docet*, *facis facit*, *legis legit*, *audis audit*, *is it*. De fato, aquela mesma segunda pessoa faz a primeira pessoa plural mantendo o *-s* e inserindo um *-mu*, como *amas amamus*, *doces docemus*, *legis legimus*, *audis audimus*; também ali inserindo um *-ti* faz a segunda pessoa plural, como *amas amatis*, *doces docetis*, *legis legitis*, *audis auditis*. Na primeira e na segunda conjugação, a terceira pessoa plural costuma ser feita inserindo um *-n* na terceira pessoa singular, como *amat amant*, *docet docent*; já na terceira e na quarta conjugações, fazemos a terceira pessoa plural convertendo o *-o* final da primeira pessoa em *-unt*, como *facio faciunt*, *lego legunt*, *audio audiunt*, *eo eunt*.³ (PRISCIANUS CAESARIENSIS apud CONTO, 2009, p. 28)

No trecho acima, a forma da segunda pessoa serve de base para a maioria das operações, de modo que apenas a terceira pessoa do plural é formada a partir da terceira pessoa do singular, por uma operação de inserção. Afora esse caso, a segunda pessoa forma a terceira do singular por uma operação de troca e forma a primeira e a segunda do plural por uma inserção. Um exemplo de operação de supressão é a formação da segunda pessoa do singular do imperativo (*ama*), que provém da queda do *-s* final de *amas*: “Toda segunda pessoa do tempo presente do imperativo é feita a partir da segunda pessoa do indicativo tirando o *-s*” (PRISCIANUS CAESARIENSIS apud CONTO, 2009, p. 34). Vale ressaltar aqui que a forma que serve de base para as operações, no caso o verbo na segunda pessoa do singular, é uma palavra flexionada.

O trecho acima é de grande valia para mostrar como os pedaços de palavra manipulados nas operações não se identificam de maneira alguma com propriedades morfossintáticas recorrentes. A formação da segunda pessoa do plural a partir da segunda do singular, com a inserção do pedaço de palavra *-ti*, poderia nos dar um indício de que o *-s* que permanece de uma forma para a outra fosse algum identificador da propriedade morfossintática de segunda pessoa. Porém, essa mesma operação de inserção mantendo o *-s* final da segunda pessoa do singular também ocorre na formação da primeira pessoa do plural – que não tem a propriedade morfossintática de segunda pessoa – de modo que, portanto, o *-s* não carrega nenhuma identificação com a segunda pessoa. Da mesma forma, a distinção de número entre a segunda do singular e a do plural poderia ser relacionada ao material que foi inserido. Contudo, esse material não tem recorrência nas outras formas de plural.

Assim, não há nenhuma relação entre a forma do pedaço de palavra inserido/suprimido/trocado e qualquer propriedade morfossintática, nem recorrência de qualquer desses processos, como seria de se esperar caso a metodologia primasse pelo morfema como primitivo básico de análise.

No trecho supracitado e o mesmo pode ser afirmado nas demais explicações e descrições de Prisciano, também pode ser observado que não são as terminações das palavras que o fazem identificar tal forma a tal propriedade morfossintática. A palavra toda é que é identificada como a forma que expressa tal categoria morfossintática. Quando o autor afirma: “a terceira pessoa plural costuma ser feita inserindo um *-n* na terceira pessoa singular”, “a terceira pessoa plural” e “a terceira pessoa singular” fazem referência a cada palavra como um todo e não apenas à sua desinência.

Deve-se mencionar que a fórmula de explicação de Prisciano na *Institutio* geralmente apresenta a definição da regra, seguida de exemplos, a que são adicionadas exceções quando necessário, como Matthews menciona ser típico da formulação de regras do WP tradicional. Esse tipo de ressalva está presente em diversos momentos⁴, como o seguinte:

[§ 58] Todo particípio do tempo presente sem dúvida termina em *-ns*. E, na primeira e na segunda conjugação, certamente é formado interpondo um *-n* na segunda pessoa, como *amas amans*, *doces docens*; já na terceira e na quarta, é feito a partir da primeira pessoa convertendo *-o* em *-ens*, como *lego legens*, *audio audiens*. Excetua-se *eo* e *queo*, que por razão de eufonia fazem *iens* ao invés de *eens* e *quiens* ao invés de *queens* e fazem no genitivo *euntis* ao invés de *ientis* e *queuntis* ao invés de *quientis*.

As operações são utilizadas quando não há possibilidade de simples analogia e, por isso, os paradigmas modelares (e.g. no caso dos verbos, o presente do indicativo ativo e o presente do indicativo passivo, que em latim é sintético e não perifrástico) e também os paradigmas irregulares (a saber, no caso dos verbos, o pretérito perfeito, os tempos do imperativo, as suas formas nominais) são construídos por operações.

Além da possibilidade de se formar palavras a partir de operações, Prisciano utiliza a analogia com paradigmas já montados por exposição e por operações. Os pronomes, por exemplo, ou têm as suas formas expostas tacitamente, como é o caso dos pronomes primitivos *ego*, *tui* e *sui*, ou devem ser formados por analogia com os nomes.

Entre os verbos, o paradigma do presente do indicativo que vimos como exemplo da formação de palavras por operações é um paradigma modelar de que são decalcadas as formas dos demais tempos, conforme a sua terminação de segunda pessoa do

singular. Daí surgem três possibilidades: que a segunda pessoa do singular termine em *-as* e siga as terminações da primeira conjugação; que termine em *-es* e siga assim a segunda conjugação; ou ainda que termine em *-is* e tenha as terminações da terceira conjugação. Isso fica explícito no estilo de organização do texto de Prisciano, que ordena a analogia pela terminação de segunda pessoa em relação às conjugações básicas:

O pretérito imperfeito em qualquer conjugação tem a mesma flexão que tem o tempo presente da primeira conjugação, e também **todos os paradigmas que fazem a segunda pessoa em *-as***, seja de qualquer tempo ou modo, são declinados similarmente, como: *amo amas amat (...), amabam amabas amabat (...), amaueram amaueras amauerat (...)*. Do mesmo modo, **aqueles terminados em *-es* longo na segunda pessoa**, seja de qual for o tempo, o modo ou a conjugação, são conjugados conforme o tempo presente do modo indicativo da segunda conjugação, como: *doceo doces docet (...), amarem amares amaret (...), amem ames amet (...), legerem legeres legeret (...)*. Também **aqueles que terminam a segunda pessoa em *-is*** têm a flexão de terceira conjugação e a seguem no tempo presente, como: *lego legis legit (...), amabo amabis amabit (...), docebo docebis docebit (...), ibo ibis ibit (...)*. Todavia, o futuro da primeira e da segunda conjugação segue a flexão que apresenta o presente do indicativo da terceira conjugação.

(PRISCIANUS CAESARIENSIS apud CONTO, 2009, p. 30, grifo meu)

O critério de agrupamento das formas é simplesmente formal: a terminação de segunda pessoa do singular. Por isso, o autor coloca no mesmo grupo o presente do indicativo da segunda conjugação, o pretérito imperfeito e o presente do subjuntivo da primeira conjugação e o imperfeito do subjuntivo da terceira declinação. Em virtude de apenas a forma ser relevante para a análise, não há problemas em reunir sob o mesmo grupo categorias nocionais diferentes.

Essas duas estratégias observadas no texto da *Institutio* (CONTO, 2009, p. 58) correspondem às técnicas para especificar palavras apontadas por Matthews (1974): os paradigmas exemplares e as regras de formação a partir de outras palavras. Da mesma forma, a palavra é a mínima unidade relevante no estudo de Prisciano, pois, apesar de a *Institutio* não tratar da sintaxe, vimos que o autor não atribui significado às partes de palavras utilizadas nas operações. Desse modo, fica demonstrado que a *Institutio* de Prisciano se enquadra no modelo descritivo WP como as demais gramáticas, conforme o que é dito na literatura especializada em gramáticas antigas.

3 Quanto a Taylor (2007)

A *Institutio de nomine et pronomine et verbo* não é uma obra muito popular entre os pesquisadores, que em geral dedicam sua atenção à obra mais conhecida de Prisciano: as *Institutiones Grammaticae* – um compêndio constituído de dezoito livros, que tratam da morfologia e também da sintaxe da língua latina. Por isso, não se encontram facilmente estudos que tratem especificamente da obra mais sintética de Prisciano.

Taylor (2007) é um dos raros trabalhos que tomam a *Institutio* como objeto. Ele se propõe a avaliar o valor linguístico e pedagógico da análise de Prisciano. O autor vê grande relevância nas obras de Prisciano, pois considera que ele conseguiu adaptar com sucesso a análise sintática grega ao latim e considera ainda que suas obras continham reflexões filosóficas que inspiraram a especulação posterior. A grande obra de Prisciano é, para Taylor (2007, p. 81), o canto do cisne da ciência da linguagem greco-romana.

Porém, Taylor assegura que os pontos altos da obra de Prisciano, como o tratamento dado à sintaxe, a abordagem filosófica, a presença de definições e ainda a citação de autores literários consagrados, estão ausentes na *Institutio*. Ele afirma que: “Priscian has dumbed down his grammatical curriculum in the *Institutio* (...), and in so doing he made it an incredibly useful text.”⁵ (TAYLOR, 2007, p. 82) Do seu ponto de vista, esse esvaziamento da *Institutio* é o maior ponto fraco dessa obra, porque a torna desinteressante do ponto de vista linguístico, e ao mesmo tempo também seu maior ponto forte, porque sua concisão a tornou uma obra popular.

Em seu artigo, Taylor faz um panorama do texto da *Institutio*, tratando em especial dos nomes e dos verbos. Seu olhar parte de um ângulo linguístico e de um ângulo pedagógico. Durante o texto, o autor manifesta diversas vezes seu despreço pelo estilo de Prisciano na *Institutio*, dizendo que a estratégia descritiva dos nomes é “bad linguistics”, porque é baseada na forma de nominativo (TAYLOR, 2007, p.84), e a dos verbos é cega, porque não vê as similaridades na recorrência das terminações número-pessoais (TAYLOR, 2007, p. 87).

As críticas mais agudas estão no final do texto, quando o autor afirma:

Priscian’s verbal regulae will work, but they are askew and amiss, linguistic munbo-jumbo, pedagogical hogwash. Because he has no concept of a morpheme and therefore no morphophonemics, he is simply

juggling syllables and letters, not indiscriminately but also not scientifically. It is a classic instance of not being able to see the forest for the trees. Latin verbs have stems, infixes, and terminal morphemes: the endings specify person and number and voice; the infixes, including a zero-morpheme, specify tense and mood; and the stems specify aspect and signification. Priscian, it would seem, is unaware of this in general and only dimly aware of it in part. Beauty, for better or worse, is in the eye of the beholder, and Priscian's system is pretty ugly. Most of his students probably just memorized paradigms.⁶ (TAYLOR, 2007, p. 87-88)

Taylor afirma nesse trecho que os verbos latinos têm radicais, infixos e morfemas terminais, incluindo morfema zero. Contudo, não são propriamente os verbos latinos que *têm* essas partes; essas partes são entidades abstratas que só fazem sentido dentro de um background de metodologia IA e só existem na estrutura teórica, não estão no objeto observado. Como já foi mostrado acima, em consonância com Borges Neto (2004), o objeto observacional é apenas manifestação linguística, e todas as entidades de análises, como são os morfemas, fazem parte do aparato teórico e não da língua.

Deve-se chamar atenção ainda para o fato de que o centro da crítica de Taylor está baseado em um problema metodológico: com um tom nítido de desprezo, ele acusa Prisciano de não ter nenhum conceito de morfema. De fato, o gramático latino não tinha em sua análise o conceito de morfema, pelos motivos que já explicitamos no item anterior. A sua análise se enquadra no método de descrição WP e, por isso, não atribui significado a unidades menores que a palavra.

Em uma passagem anterior do texto, Taylor usa como exemplo de sua argumentação a descrição do pretérito imperfeito, pois Prisciano parte da forma básica de segunda pessoa e lhe adiciona *bam*. Taylor (2007, p. 87) afirma: “In the first and second conjugations he drops the second singular ending from the present and adds -bam, thereby combining and confusing tense and person morphemes, but since he does not know what a morpheme is, we should not be too surprised.”⁷ Taylor vê nisso um problema porque a operação não distingue entre os morfemas de tempo e pessoa⁸. Contudo, devemos lembrar que essa estratégia de atribuir mais de uma categoria morfossintática a uma única representação fonêmica é pertinente também tanto ao modelo IA, que contempla essa estratégia com os morfemas chamados *portmanteaux*, quando ao modelo IP, que por sua vez conta com marcadores *portmanteaux* em seu aparato de análise.

Interessante é observar que Matthews (1974, p. 72) se debruçou sobre o mesmo fato, partindo da descrição do pretérito imperfeito que Prisciano faz nas *Institutiones*, que é a mesma análise apresentada na *Institutio*. Observe o cuidado de Matthews em respeitar o paradigma teórico do gramático: “(...) the operation involves the deletion of final -s and the addition, again as A WHOLE, of final -bam. But this allows us to say nothing about -ba- and -m individually.”⁹ (MATTHEWS, 1974, p. 72-73, grifo do autor) Para Matthews, ao contrário de Taylor, o fato de a adição operar sobre todo o segmento *bam*, sem atribuir significação mais específica a *ba* e a *m*, é apenas uma consequência da escolha metodológica de Prisciano, que vê as palavras como o elemento mínimo do estudo da sintaxe.

Do ponto de vista de Matthews, fica claro que problemas de recorrência de partes menores que a palavra, como as similaridades de terminações número-pessoais, não têm solução dentro do modelo WP, simplesmente porque nesse modelo não se vê relevância sintática e de significado que não esteja identificada com a forma de palavra em sua totalidade. É como se, passando os olhos sobre os dados, o pesquisador com background teórico WP sequer notasse essas similaridades.

CONCLUSÃO

O estilo um pouco incomum que o texto parece ter nos dias de hoje ressalta que a leitura moderna está muito distante do contexto de produção desses textos. Os recortes de letras que Prisciano faz são incongruentes? Sua metodologia não é científica? De fato, Prisciano não tem nenhum conceito de morfema, pois ele projeta outra visão sobre os dados da língua. O estudo gramatical presente na *Institutio* não tem preocupações científicas *a priori*, mas tem preocupações didáticas de sistematização para o ensino, por mais que em alguns momentos ele não obtenha sucesso. Mas não podemos sequer afirmar categoricamente seu sucesso ou insucesso sem antes mensurar o que significa o ensino naquele contexto.

Considerando que a gramática antiga seja uma teoria de linguagem, ela é uma teoria com pressupostos próprios, que não tem nada a dizer acerca de infixos e radicais e tanto menos acerca de um morfema-zero. E, nesse ponto de vista, é muito normal que ela esclareça coisas acerca de certos fatos e não funcione para explicar outros pontos,

porque essa é uma consequência do recorte do seu objeto teórico. A crítica da falta de morfemas feita por Taylor à análise de Prisciano é injustificada, porque exige que uma metodologia teórica particular trabalhe com entidades pertinentes a uma outra metodologia.

Desse modo, fica a ressalva de que é necessário cuidado com os olhos modernos que se lançam para fontes não-contemporâneas, para evitar deslizes metodológicos buscando conceitos modernos em textos antigos. É possível, sim, aplicarmos metodologias modernas a análises anteriores, mas não se pode cometer o deslize anacrônico de exigir de alguém conceitos que lhe são muito posteriores.

BIBLIOGRAFIA

BALLAIRA, Guglielmo. *Prisciano i suoi amici*. Torino: G. Giappichelli editore, 1989.

BORGES NETO, J. *Ensaio de Filosofia da Lingüística*. São Paulo: Parábola, 2004.

CONTO, L. *Institutio de nomine et pronomine et verbo de Prisciano: Tradução e Características*. 2009. 70f. Monografia (Bacharelado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

HOCKETT, C. F. Two models of grammatical description. *Word* 10, 1954. p. 210–231. [Reprinted in JOOS, M. (ed.) *Readings in linguistics I*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1957. p. 386–399.]

LAW, Vivien. *History of Linguistics: from Plato to 1600*. Cambridge: Cambridge UP, 2003.

MATTHEWS, P.H. *Morphology: an introduction to the theory of word-structure*. Cambridge: University Press, 1974.

ROBINS, R.H. *Pequena História da Lingüística*. Tradução de: Luiz Martins Monteiro. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.

_____. *The Byzantine Grammarians: their place in history*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1993.

TAYLOR, D. J. Priscian's pedagogy: a critique of the *Institutio de nomine, pronomine et verbo*. In: KIBBEE, D. A. (ed.) *History of Linguistics 2005*. Amsterdam: John Benjamins, 2007. pp. 80-88.

NOTAS

1 “By a ‘model of grammatical description’ is meant a frame of reference within which an analyst approaches the grammatical phase of a language and states the results of his investigations.” (HOCKETT, 1954, p. 386)

2 Para mais informações acerca da biografia de Prisciano, sugiro a consulta de Ballaria (1989).

3 Todos os excertos da *Institutio* de Prisciano foram retirados da tradução contida em Conto (2009).

4 Na verdade, 14 são as ocorrências da fórmula “*Excipiatur...*” ou da fórmula “*Excipiuntur...*” na *Institutio*.

5 Tradução minha: “Prisciano esvaziou seu currículo gramatical na *Institutio* (...), e fazendo isso ele fez dessa obra um texto incrivelmente útil.”

6 Tradução minha: “As *regulae* verbais de Prisciano devem funcionar, mas elas são oblíquas e equivocadas, baboseiras lingüísticas, bobagem pedagógica. Por ele não ter nenhum conceito de morfema e portanto nenhuma morfofonêmica, ele está simplesmente manipulando sílabas e letras, não indiscriminadamente, mas também não cientificamente. É o exemplo clássico de não ser capaz de ver a floresta em favor das árvores. Os verbos latinos têm radicais, infixos e morfemas terminais: suas terminações especificam pessoa, número e voz; os infixos, incluindo o morfema zero, especificam tempo e modo; e os radicais especificam aspecto e significação. Prisciano, parece, não está ciente disso em geral e apenas vagamente ciente disso em parte. A beleza, para o bem ou para o mal, está nos olhos de quem vê, e o sistema de Prisciano é bastante feio. A maioria dos seus estudantes provavelmente apenas memorizava os paradigmas.”

7 Tradução minha: “Na primeira e na segunda conjugações, ele tira do presente a terminação de segunda pessoa do singular a adiciona -bam, combinando e confundindo assim morfemas de tempo e de pessoa, mas, como ele não sabe o que um morfema é, since he does not know what a morpheme is, nós não devemos ficar muito surpresos.” (TAYLOR, 2007, p. 87)

8 Não há como não mencionar que se adotarmos a postura sugerida por Taylor, de atribuir ao segmento -ba a marcação tempo-aspectual (que em si já é um *portmanteau*) do pretérito imperfeito e ao -m a marcação de primeira pessoa, teremos problemas de coerência no sistema porque o segmento -m não se realiza em todas as formas verbais de primeira pessoa, como o presente (*amo, habeo, dico, audio*) e o futuro da primeira e da segunda conjugações (*amabo, habebo*), mencionando apenas alguns dos casos que seriam problemáticos.

9 Tradução minha: “(...) a operação envolve a deleção do final -s e a adição do final -bam, novamente como UM TODO. Mas isso não nos permite dizer nada a respeito de -ba- e -m individualmente.” (MATTHEWS, 1974, p. 72-73, grifo do autor)